



NOVIDADES LEGISLATIVAS

Nesta Edição:

- *Ministro de Minas e Energia apresenta prioridades da pasta no Senado e na Câmara*
- *Câmara aprova projeto que suspende a contagem da licença-maternidade em caso de internação do recém-nascido*
- *Comissão de Assuntos Econômicos do Senado realiza audiência pública com o Ministro Paulo Guedes para debater o endividamento dos estados e os repasses da Lei Kandir*
- *Senado realiza audiência pública para discutir as diretrizes da SUDENE e da CODEVASF para os próximos dois anos*
- *Instalada a Frente Parlamentar Mista da Reforma Tributária*
- *Instalações de Medidas Provisórias*

Ministro de Minas e Energia apresenta prioridades da pasta no Senado e na Câmara

Bento Costa Lima Leite de Albuquerque, Ministro de Minas e Energia, debateu o Plano de Governo e, entre outros assuntos, a situação da Venezuela. As audiências ocorreram, respectivamente, na Comissão de Infraestrutura do Senado Federal e na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados.

O ministro anunciou investimentos de quase R\$ 2 trilhões no setor energético brasileiro. Até 2027 serão R\$ 1,5 trilhão em petróleo, gás e biocombustíveis e R\$ 400 bilhões em energia elétrica. Até 2022 a área de mineração receberá R\$ 80 bilhões.

Afirmou que o aprimoramento das leis e normas que tratam da segurança de barragens, a estruturação da Agência Nacional de Mineração e o aumento da competitividade do gás natural estão entre as metas prioritárias do Ministério de Minas e Energia.

Para Bento Albuquerque a capitalização da Eletrobras é uma das prioridades do Ministério, porém informou que ainda não foi orientado pelo presidente Jair Bolsonaro sobre o futuro da empresa, no que se refere à privatização.

O Ministro explicou, ainda, que até 2021 a linha de transmissão entre Boa Vista e Manaus deverá ser concluída. Além disso, está previsto para este ano um leilão para contratação de fontes renováveis e híbridas.

Bento Albuquerque ressaltou que é preciso acabar com a judicialização do setor elétrico, cujo passivo já chega a R\$ 7 bilhões, devido ao risco hidrológico (GSF).

Segundo ele, durante reunião ministerial realizada nesta semana foi discutida a situação dos caminhoneiros que, em 2018, realizaram greve contra aumentos no preço do diesel. A Petrobras anunciou



no mesmo dia que o intervalo de reajustes agora não será inferior a 15 dias e que o novo “Cartão Caminhoneiro” permitirá a compra do combustível a preço fixo em postos BR.

Câmara aprova projeto que suspende a contagem da licença-maternidade em caso de internação do recém-nascido

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou hoje o Projeto de Lei 8702/2017, da dep. Renata Abreu (PODE/SP), que suspende a contagem da licença-maternidade em caso de internação de criança recém-nascida, sendo retomada após a alta hospitalar.

A proposta foi aprovada na forma de substitutivo apresentado em plenário pela relatora, dep. Carmen Zanotto (PPS/SC). De acordo com o texto aprovado, caso o recém-nascido fique em internação hospitalar, a licença-maternidade e o pagamento do salário-maternidade poderão ser suspensos por solicitação da mãe, depois de decorridos 15 dias do gozo de tais benefícios.

A contagem do período remanescente da licença-maternidade e do pagamento do salário-maternidade serão retomados a partir da alta hospitalar.

O projeto será encaminhado para análise do Senado Federal.

Comissão de Assuntos Econômicos do Senado realiza audiência pública com o Ministro Paulo Guedes para debater o endividamento dos estados e os repasses da Lei Kandir

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado realizou hoje audiência pública para debater o endividamento dos estados e os repasses da Lei Kandir, bem como para apresentar as diretrizes e os programas prioritários do Ministério da Economia.

A comissão contou com a participação do Ministro da Economia, Paulo Guedes. O encontro não se restringiu ao debate da Lei Kandir e dele foi possível extrair o panorama geral das próximas ações do governo com relação a economia do país.

Guedes começou seu discurso salientando que o Brasil tem vivido uma democracia virtuosa nos últimos 30 anos e que diversas disfunções financeiras inerentes à nossa economia são consequências do nosso modelo econômico. Segundo ele, tal modelo foi adotado durante a ditadura militar e é mantido até hoje, no qual a indução da economia está focalizada no papel do Estado e os recursos públicos estão concentrados na União.

Também apontou que as dificuldades que o país tem enfrentado sistematicamente ao longo da história decorrem do excesso dos gastos públicos. Ele destaca que o primeiro passo para combater o crescimento dos gastos está na aprovação da Reforma da previdência e citou as duas principais deficiências previdenciárias. Uma das deficiências é a instabilidade financeira provocada pelas alterações na pirâmide demográfica brasileira, a outra é o grau elevado dos encargos trabalhistas que causam distorções na oferta de emprego.

O segundo passo que o Ministro aponta para o combate ao crescimento dos gastos é a estabilização do crescente endividamento que vem minando a economia dos Estados e Municípios. Ele argumentou que o crescimento nos gastos destes entes está ocorrendo em grande parte devido aos gastos com pessoal e inativos, o que tem engessado orçamentos e retirando suas capacidades de gestão.

Nessa linha, ele apresentou as diretrizes gerais da agenda que ele tem desenvolvido conjuntamente com sua equipe, após realizar diálogo com prefeitos e governadores para combater esses gastos. A agenda se divide em três etapas sendo elas de curto, médio e longo prazo.

A primeira etapa será anunciada em até 30 dias e se trata de um plano de equilíbrio financeiro voltado para os estados. O plano tem o intuito de suavizar os gastos dos governos estaduais nos próximos 4 anos e, segundo Guedes, já foram reservados 10 bilhões do orçamento para colocá-lo em prática. Ele garantiu ainda que tal valor pode ser aumentado conforme o andamento da Reforma da Previdência.

A segunda etapa será a destinação de recursos aos estados por mecanismo que irá substituir os repasses da Lei Kandir e do FEX, esses recursos serão oriundos da exploração do Petróleo e sua regulamentação se dará por Projeto de Lei que será enviado ao Congresso.

A terceira etapa se dará pela revisão do pacto federativo, na qual Guedes acredita que, paulatinamente, os recursos estatais devam se descentralizar da União em direção aos Estados e Municípios e o Legislativo deva assumir maior importância na decisão orçamentária.

Guedes ainda exaltou a concessão dos aeroportos e garantiu que os leilões do petróleo serão um sucesso. Sustentou também que o mercado de energia irá passar por uma revolução e afirmou que pretende realizar desregulamentação no setor de gás.

O senador Lasier Martins (PODE/RS) questionou se a Lei Kandir “morreu” e o ministro respondeu que ela deve ser deixada para trás e que o instrumento que ele pretende editar e construir conjuntamente ao congresso, irá repassar R\$ 4 bi aos Estados, valor maior que os R\$ 1,9 Bi que a Lei Kandir pode proporcionar atualmente.

Senado realiza audiência pública para discutir as diretrizes da SUDENE e da CODEVASF para os próximos dois anos

A Comissão de Desenvolvimento Regional do Senado e Turismo (CDR) realizou audiência pública para debater as diretrizes programas prioritários e ações da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, com a participação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS e do Banco do Nordeste do Brasil – BNB.

Mário de Paula Guimarães Gordilho, Superintendente da SUDENE, apresentou a missão, os eixos estruturantes da Superintendência e o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste – PRDNE.

A Sudene tem trabalhado no PRDNE que pela primeira vez será enviado ao Congresso com o PPA e apresentará uma agenda propositiva de desenvolvimento para o Nordeste, explorando: novos modelos que articulem recursos orçamentários e investimentos entre as esferas pública e privada; a complementariedade das escalas federativas – articulando PPA e Planos nas escalas do governo federal com os governos estaduais e municipais; a otimização dos orçamentos disponíveis nos bancos e agências de fomento nacional, regional e internacional, de modo a garantir a coordenação dos investimentos na região; a integração da economia regional aos padrões sócio técnicos propostos pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (energia solar, energia eólica, reuso de água, reflorestamento, biodiversidade).

Mário de Paula Gordilho falou sobre a potencialidade do uso de recursos naturais e a reutilização de poços abandonados por falta de manutenção para desenvolver e abastecer o Nordeste. Explicou que a região busca um desenvolvimento para maior inclusão na economia do país e ressaltou a importância da Sudene com o apoio dos incentivos fiscais, como o FNE e o FDNE, para o desenvolvimento regional, a integração com o país e maior participação no PIB.

Maria Clara Netto, gerente de gestão estratégica da Codevasf, explicou que a Companhia vem trabalhando na redução das desigualdades e na indução ao desenvolvimento regional sustentável na sua área de atuação, sobretudo na bacia hidrográfica do Rio São Francisco, seguida do Rio Parnaíba. Ressaltou que o mapa estratégico da instituição contempla: agricultura irrigada, economia sustentável, segurança hídrica e planejamento regional e inovação.



Romildo Carneiro Rolim, presidente do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), afirmou que a maior parte dos empréstimos se direciona para médios e pequenos empreendedores. Disse que um dos pilares da instituição é o crédito produtivo de longo prazo, com recursos do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste (FNE).

Explicou que o Banco atende principalmente o setor rural e agroindustrial, mas também atua em investimentos como aeroportos, energia eólica e solar, exploração de petróleo e gás, saneamento e transmissão e distribuição de energia. Informou que, com a administração do BNB o FNE investiu mais de R\$ 271 bilhões na Região Nordeste e realizou mais de 6 milhões de operações de crédito.

O BNB está desenvolvendo um Programa de Desenvolvimento Territorial – Prodeter, que contribuirá com o desenvolvimento local e territorial por meio da organização, fortalecimento e elevação da competitividade das atividades econômicas da Região.

Defendeu a melhoria da gestão e investimentos do FNE, a concessão de mais créditos de forma desburocratizada para Micro, Pequena e Média empresas, e a necessidade de aprimoramento da PNDR para maior integração e desenvolvimento regional.

Ângelo José de Negreiros, diretor-geral do DNOCS, discorreu sobre a falta de recursos para a recuperação das barragens, e sobre a Política Nacional de Segurança de Barragens. Afirmou que os recursos devem ser liberados o quanto antes para eficiência e reparação das barragens pelo Ministério de Desenvolvimento Regional.

Foi debatida na reunião a importância dos recursos hídricos para o desenvolvimento do Nordeste como um todo. Ressaltou-se a relevância de realizar a revitalização do Rio São Francisco para que haja maior desenvolvimento do semiárido nordestino.

Os integrantes da Comissão pleitearam que não haja a fusão do BNB com o BNDES, como proposto pela equipe econômica do governo. Destacaram os possíveis prejuízos para os financiamentos regionais e o eventual desemprego.

Painel

Instalada a Frente Parlamentar Mista da Reforma Tributária

Coordenador: deputado Luis Miranda (DEM/DF)

Composição: 187 deputados e 39 senadores

O coordenadora explicou que a Frente Parlamentar considerará a proposta aprovada na Comissão Especial em 2018 (PEC 293/2004), que tinha como o relator o deputado Luiz Carlos Hauly, os estudos da Anfipe, Fenafisco e Sindifisco e se antecipará ao texto de reforma que será enviado pelo governo.



Painel

Foram instaladas hoje as seguintes medidas provisórias:

MP 867/2018 – Programa de Regularização Ambiental

Presidente: Senadora Juíza Selma

Relator: Deputado Sérgio Souza.

MP 868/2018 – Reforma do Marco Legal de Saneamento Básico

Presidente: Deputado Evair Vieira de Melo

Vice-Presidente: Senador Nelsinho Trad

MP 869/2018 – Criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados

Presidente: Senador Eduardo Gomes

Relator: Deputado Orlando Silva.

MP 859/2018 – Limitação até 2022 da destinação de recursos do FGTS para Santas Casas

Presidente: Deputado Ricardo Barros